

## SÚMULA DA 210ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO

26/09/2013

Horário: 13h30min

Folha: 01 de 02 .

Participantes	Sim	Não	Assinatura
MAURÍCIO GARIBA JÚNIOR	X		
CLÁUDIA REGINA SILVEIRA	X		
ALOÍSIO SILVA JÚNIOR	X		
JOSÉ DE PINHO ALVES NETO	X		
SÔNIA MARIA DE ALMEIDA		X	Falta Justificada
LUIZ FERNANDO SEGALIN DE ANDRADE	X		
JOSÉ ROQUE DAMASCO NETO	X		
DOUGLAS DENI ALVES	X		
EDERSON DANTAS DE ALMEIDA	X		
CAROLINE MAES	X		
AMANDA ZUFFO N. DOS SANTOS		X	Falta Justificada
GUILHERME LOHN		X	Falta Justificada
GUILHERME TEICHMANN STUMPF		X	Falta Injustificada
RAIMUNDO ZUMBLICK		X	Falta Injustificada
ZILDA DE FAVERI VICENTE SOUZA		X	Substituída por Leticia Schneider Ferreira

### Pauta da Reunião

- Ponto 1 - Aprovação da súmula da 209ª reunião e da pauta da 210ª, Reuniões Ordinárias;
- Ponto 2 – Reestruturação do PPC do Curso de Especialização em Mídias na Educação;
- Ponto 3 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem;
- Ponto 4 – Redistribuição de pessoal;
- Ponto 5 – Resolução de afastamento de servidor para capacitação;

### Resumo das discussões

OBS: A Assessora de Gabinete de Direção Sra. Zilda de Faveri Vicente Souza foi substituída pela Técnica em Assuntos Educacionais Leticia Schneider Ferreira na função de compilar as informações, discussões e encaminhamentos tomados pelo colegiado no intuito de constituir a presente súmula. A Representante dos Docentes Sônia Maria de Almeida, justificou sua ausência, sendo substituída pelo Suplente Cláudio Ebert. Os representantes dos discentes Amanda Zuffo N. dos Santos e Guilherme Lohn justificaram sua ausência devido ao envolvimento com a 12º Didascálico.

### Ponto 1: Aprovação da súmula da 209ª e da pauta da 210ª, Reuniões Ordinárias:

O Professor Maurício Gariba Jr. iniciou a reunião saudando a todos os presentes e leu a pauta proposta. O

professor Gariba questionou sobre a aprovação da súmula da 209ª reunião do colegiado e da pauta da reunião da 210ª e todos concordaram com a aprovação. Foram aprovadas por unanimidade.

## **Ponto 2 – Reestruturação do PPC do Curso de Especialização em Mídias na Educação:**

O professor Gariba lembrou que na última reunião do colegiado foi levantada uma série de questões referentes a modificações vistas como necessárias para a aprovação do PPC do Curso de Especialização em Mídias na Educação, propostas que visariam uma melhor aplicação do curso. Então, cumprimentou o Prof. Jorge, que compareceu com a finalidade de reapresentar o PPC com as alterações indicadas pelos membros do Colegiado. O prof. Jorge cumprimentou os membros do Colegiado, agradeceu a oportunidade de expor os principais tópicos relativos ao curso e explicou que o prof. Ilson chegaria um pouco atrasado devido a problemas no trânsito. Acrescentou que, após reuniões entre os responsáveis pela oferta do curso, junto ao prof. Pinho e à prof.<sup>a</sup> Cláudia, tentaram responder, sanar e dar novos encaminhamentos aos problemas do PPC que foram salientados pelo Colegiado. Neste ínterim, o prof. apresentou o PPC do curso, referindo a experiência em andamento, sendo que 50% dos discentes já haviam defendido o Trabalho de Conclusão de Curso. O prof. Jorge ressaltou que, após a análise desta experiência que está em processo de término, identificou-se a necessidade de algumas alterações, em especial, no fluxo de oferta das Unidades Curriculares (UC), pois desejava-se uma maior integração das mesmas, o que não funcionou adequadamente, bem como a oferta da disciplina de Metodologia de Pesquisa no início do curso, o que estaria de acordo com a proposta metodológica contida no novo PPC. Outra alteração importante é a mudança relacionada ao Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que passaria de Monografia para Relatório. Os polos de oferta também não seriam os mesmos, pois estes devem ter toda a infraestrutura exigida pela CAPES. Alguns polos atuais não foram aprovados para uma nova oferta. O processo de avaliação também mudou, pois anteriormente eram exigidas 2 (duas) atividades obrigatórias, e agora passaria a ser 1 (uma) atividade obrigatória ao longo das 4 (quatro) semanas de aula. No caso do aluno não ser aprovado, ele teria que fazer uma recuperação, sendo esta uma prova dissertativa. Esta mudança, segundo o Prof., facilitaria a recuperação paralela. O prof. Jorge leu os principais pontos constantes da apresentação em power point, a qual estava sendo visualizada pelos integrantes do Colegiado, e apontou uma das modificações solicitadas: a oferta do curso só seria realizada após o ciclo de 18 (dezoito) meses e com o apoio financeiro da CAPES. A pesquisa a ser realizada pelo aluno deveria estar orientada em suas atividades pedagógicas e, como trabalho final, ele apresentaria um relatório desta experiência. Esclareceu que seriam ofertadas 50 (cinquenta) vagas por polo. O prof. Gariba indagou sobre a localização do polo em Florianópolis. O prof. Jorge explicou que este se localiza próximo ao Câmpus Florianópolis, em torno de 300 (trezentos) metros de distância. O prof. Jorge deu continuidade a sua explicação, afirmando que os alunos serão selecionados a partir de uma pontuação referente a seu tipo de atuação profissional, se é professor de escola pública, privada, etc. O foco do curso seria a aplicação das mídias no ambiente da escola, e, desta forma, as UC propõem atividades práticas aos alunos, as quais envolveriam a integração das diferentes mídias, como produção de textos, uso de TICs (Tecnologia da Informação e Comunicação), além de reforçar o contexto epistemológico e o posicionamento político presentes no uso das mídias na educação. O prof. ainda lembrou que as mídias devem ser tratadas com cuidado e atenção, pois não devem ser usadas apenas para facilitar o trabalho docente, mas para refletir sobre a realidade. O curso, assim, possui um caráter teórico-prático e propõe que as mídias sejam utilizadas de maneira integrada. Em relação ao período de desenvolvimento, este abarcaria 18 (dezoito) meses, entre os quais 12 (doze) meses são destinados às UC e 6 (seis) para a realização do trabalho de conclusão. Os discentes estariam cadastrados no portal na internet e deveriam realizar todas as UC, pois todas são obrigatórias e não possuem pré-requisito. Cada unidade possui 30 (trinta) horas e o

cronograma é apresentado no primeiro dia de aula. O prof. Jorge apresentou, então, o calendário, lembrando que as aulas estariam programadas para iniciar em novembro e que os encontros seriam às quartas-feiras à noite. O prof. apontou para as datas destacadas em amarelo, que marcariam os encontros dos professores com os alunos nos polos para organizar as atividades do TCC e o plano de ação que deveria ser produzido pelo discente. Deste modo, haveria um primeiro encontro para organizar o plano e um segundo encontro para a qualificação. A proposta é de que houvesse dois professores direcionados para cada polo, cada qual orientando 25 (vinte e cinco) alunos e que, juntamente ao tutor, auxiliariam o aluno na elaboração do plano, do problema, dos objetivos, etapas, identificando referenciais teóricos pertinentes, sendo esta etapa concomitante à produção das atividades propostas pelas UC. Em outro momento, haveria um segundo encontro, onde os alunos participariam com esses professores de um Seminário para concluir e qualificar o plano. Após a aprovação deste, o aluno deve aplicá-lo em seu ambiente de trabalho, realizar um relatório de tal experiência e defender este estudo, para ter direito à obtenção do Certificado do curso. O Curso se valeria de videoaulas, videoconferências, material didático impresso, ambiente virtual, entre outros recursos. Haveria também encontros presenciais nos polos, em torno do terceiro encontro, quando os dois professores dirigem-se para 1 (um) polo, a fim de propiciar um momento de integração e de realizar a videoconferência para outros polos. O professor orientador vai trabalhar com um tutor, que não é conteudista, mas um elemento de mediação. Este tutor de Monografia vai ser capacitado para auxiliar o aluno a produzir o plano e aplicá-lo. A proposta é sempre fazer com que o aluno se torne autônomo em seus estudos, tornando-se também autor nas diferentes mídias. O prof. Jorge também afirmou que os professores do curso, baseados na experiência anterior, reviram algumas estratégias didáticas, bem como recompuseram seu material. Apresentou a planilha que prevê as datas das visitas dos professores aos polos e explicou que, no início das aulas, deverá ser realizado o acolhimento aos alunos e uma orientação relacionada ao acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem. O prof. reforçou que antes eram duas atividades obrigatórias e duas complementares por UC e, agora, será 1 (uma) atividade obrigatória por UC, o que permite uma recuperação paralela mais pontual e eficiente. Aloisio questionou se essa atividade obrigatória é o Relatório, e o prof. Jorge esclareceu que ele estava se referindo às atividades obrigatórias das UC, que o Relatório é o TCC. Explicitou que o aluno deve entregar 1 (uma) atividade obrigatória e fazer 1 (uma) avaliação escrita e, caso ele não entregue a atividade ou esta não esteja adequada, ele terá que fazer 1 (uma) avaliação de recuperação.

O TCC seria o relatório da aplicação de um plano de ação integradora que envolva alguma temática relativa ao curso. O aluno irá observar a realidade e a atuação docente na escola em que trabalha, observar alguma situação-problema, analisá-la e tentar resolvê-la. Ele estará se baseando em uma atividade de pesquisa, no intuito de reorientar sua prática educativa. Após a confecção do plano, ele irá qualificá-lo e, depois, nos próximos 6 (seis) meses, ele irá desenvolver o plano. A proposta é que os resultados sejam apresentados em um Seminário para socialização. Assim, ao invés da defesa pública tradicional, a proposta é que os trabalhos sejam apresentados de modo sequencial, em uma data combinada, em que todos possam comparecer, no intuito de compartilhar com os colegas a experiência vivenciada. Caso tal não se mostre viável, a defesa será de forma tradicional.

O prof. Gariba lembrou que, na última reunião, vários pontos foram questionados e indagou se na opinião dos membros do colegiado estas teriam sido respondidas. A prof.<sup>a</sup> Cláudia afirmou que ela e o prof. Pinho participaram de reuniões com os responsáveis pela produção do PPC e ela expôs que estava se sentindo bem mais tranquila em relação à questão dos 25 (vinte e cinco) orientandos para cada orientador, pois não será da forma como se havia imaginado em um primeiro momento. Eles terão tempo para fazer o atendimento adequado. O template também foi enviado e o modelo está bem executado, não é simplificado,

contém exigências que tornarão o trabalho de qualidade e com uma boa bagagem teórica. A professora também elogiou a proposta de serem realizados seminários, o que reduziriam os problemas atuais com as monografias, pois a socialização dos trabalhos é sempre algo bom, enriquece a todos em termos de conhecimento. O prof. Segalin argumentou que possui uma visão diferente, pois ainda acha o número de orientandos por orientador excessivo. Em sua experiência com a orientação nas aulas do Mestrado em Mecatrônica, encontra dificuldades em fazer o atendimento, mesmo sendo para um número bastante inferior de alunos. De igual modo, sua esposa, que possuía 5 (cinco) orientandos na faculdade também percebia como um desafio atender plenamente às necessidades destes alunos. O prof. acompanhou experiências na UFSC, UNISUL, e tais problemas se repetiam, apesar de serem somente 5 (cinco) orientandos. O prof. Jorge concordou que, no modelo utilizado atualmente, não seria viável, pois em 3 (três) meses de orientação, mesmo em uma especialização, que é diferente de um mestrado, seria impossível. A CAPES recomenda 6 (seis) orientandos por orientador em Mestrado, mas nada é regulamentado em relação à especialização. O prof. acrescentou que, no caso dos alunos do curso proposto, seria diferente, pois a orientação ocorreria ao longo de 12 (doze) meses, além de se poder contar com o auxílio do tutor. Esta proposta seria viável, pois os alunos deveriam entregar partes do projeto periodicamente, o processo seria integrado, os professores orientadores estariam vinculados aos projetos e participariam de reuniões periódicas. Tal forma de trabalho permitiria a qualidade dos planos de ação. O prof. José Roque afirmou que concorda com o prof. Segalin e refletiu que os alunos provavelmente não cumprirão o cronograma e que os professores muitas vezes têm que correr atrás, e salientou que o número de orientandos por orientador vai ser um ponto que causará choque e polêmica quando o PPC for submetido à análise do CEPE. Os membros do CEPE irão criticar. A prof.<sup>a</sup> Cláudia expôs que compreende a preocupação do grupo envolvido com o curso, uma vez que há muitos professores orientadores externos que abandonam o aluno. Concordou que orientar 25 (vinte e cinco) alunos não é uma tarefa fácil, mas comparou com sua experiência em cursos presenciais, quando há em torno de 30 (trinta) formandos e que entregam os seus trabalhos para o grupo de professores de português fazer sua avaliação sobre a questão metodológica, regras da ABNT, etc. Se os trabalhos são entregues do forma diluída, é possível realizar a análise adequadamente, mas se todos entregassem ao mesmo tempo seria impossível. A partir desta proposta, os orientadores estariam engajados no grupo e o risco de abandono seria menor. O prof. Jorge narrou a experiência que vivenciou junto à prefeitura na execução de um projeto semelhante, no qual havia 30 (trinta) alunos e 1 (um) professor de mediação, e os alunos apresentavam em grupos o seu plano de ação. O prof. explicitou que o grupo não está colocando um projeto com a finalidade de correr riscos e argumentou que, como os professores serão do Instituto, haveria um maior controle, evitando o abandono do aluno. O prof. Segalin afirmou que as questões que está levantando se referem a pontos vinculados ao cotidiano. O prof. José Roque ressaltou que serão 25 (vinte e cinco) trabalhos diferentes, ou seja, 25 (vinte e cinco) referenciais teóricos diferentes para o orientador dar conta. Além disso, para os professores, as atividades nos cursos EaD ainda não contam. E como estes compatibilizarão o horário dedicado ao ensino regular com as orientações, além das outras atividades com as quais o professor muitas vezes se envolve? Outra questão que o professor colocou foi em relação ao tempo que os alunos teriam para apresentar seus relatórios, já que seriam todos no mesmo dia. O prof. José Roque sugeriu que a banca já seja pensada no início, verificando também quantos orientadores seriam necessários, se 30 (trinta), 20 (vinte), etc. O prof. afirmou que, nas condições atuais, de 25 orientandos por orientador, no caso de ser aberto um edital interno, ele não se inscreveria. Este é um ponto que pode criar dificuldades. O Prof. Jorge lembrou que sempre há uma considerável perda de alunos. O prof. Ilson, que chegara à reunião, afirmou que, em relação aos orientadores externos, também não haveria como controlar quantos projetos eles estariam orientando, pois poderiam ter orientandos em outras instituições. O prof. Gariba refletiu que não haveria motivos para não aprovar o curso, que não percebeu nenhum impeditivo. O prof. Jorge lembrou

que, caso o novo PPC não seja aprovado, o curso pode ser ofertado de acordo com o modelo antigo. O prof. Gariba afirmou que houve mudanças desde a apresentação no último Colegiado e disse que gostaria de ouvir os demais integrantes do Colegiado. Aloísio afirmou que a questão do número de orientandos por orientador é visível, mas que há uma metodologia diferenciada para dar conta disso. O prof. Pinho defendeu que deveria se fazer uma tentativa. O prof. Gariba propôs que ao final desta primeira oferta se realize uma avaliação da experiência e sugeriu que fosse aprovado com esta perspectiva. O prof. Jorge afirmou que o grupo se compromete em trazer os dados ao final do curso. O prof. Gariba afirmou que é importante reforçar junto ao CEPE essa preocupação em reavaliar o curso ao final da primeira edição neste novo formato. Acrescentou que a Direção de Ensino e a Direção de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão acompanharão o desenvolvimento da proposta. Assim, após estas considerações, o PPC foi aprovado com este compromisso, de após a experiência os dados serem apresentados ao Colegiado.

### **Ponto 3 – Projeto Pedagógico do Curso Técnico Subsequente em Enfermagem**

A prof.<sup>a</sup> Cláudia fez a apresentação do projeto, iniciando com um breve histórico e afirmando que este curso fora ofertado há algum tempo, mas que acabou terminando subitamente, devido a diversos problemas, como, por exemplo, a falta de professores. O curso não chegou a ser cancelado, ficou em “stand by”, “deu uma pausa. Naquele momento não havia o procedimento que hoje é usual, ou seja, quando se deseja interromper a oferta do curso, deve ser encaminhado um pedido; na época isto não era exigido. Este ano houve a suspensão do curso de PROEJA e, a partir de uma conversa com o grupo de Enfermagem e com o DASS, houve a proposta do PROEJA Cuidador de Idosos, que ainda está em estudo. O grupo de Enfermagem do Câmpus Florianópolis entrou em contato com o grupo de Enfermagem do Câmpus Joinville e foi realizada a construção conjunta de um PPC para a oferta do Curso Técnico, que seria ofertado pelos dois Câmpus, com a grade curricular, propostas e objetivos comuns. Entretanto houve uma falha de comunicação e o PPC já foi encaminhado pelo Câmpus de Joinville para o CEPE. Em conversa com a Pró-Reitora Daniela, Cláudia expôs que ela sugeriu que o Colegiado do Câmpus Florianópolis decidisse sobre a aprovação da oferta. Inicialmente a proposta seria de 18 vagas, mas o CEPE acredita que este é um número muito pequeno para ser ofertado e sugeriu 24 vagas. A prof.<sup>a</sup> Cláudia explicou que o número de vagas não pode ser extenso por causa da realização de estágios em UTI (Unidade de Tratamento Intensivo), que é bastante restrito. Então, o colegiado irá discutir a oferta. O Prof. José Roque indagou se a oferta é semestral. A prof.<sup>a</sup> Cláudia esclareceu que a oferta é anual, com regime semestral, pois para oferta semestral não haveria quadro docente suficiente. Douglas afirmou que o regime semestral é importante quando for necessário realizar alguma recuperação. O prof. Segallin afirmou que a instituição deve ter muito cuidado em relação à oferta de vagas, sobre a questão do número mínimo de alunos por professor, pois este curso tem aulas práticas, cuida de pessoas. Considera que a Pró-Reitoria de Ensino está enfatizando demasiadamente os aspectos quantitativos e esquecendo as questões qualitativas. Preocupa-se que os números estejam comandando o ensino. O prof. Gariba afirmou que está muito satisfeito com o retorno da oferta deste curso, pois este é um dos únicos cursos de Técnico de Enfermagem gratuito da região. É um curso que possui um acentuado cunho social e é muito procurado. Aloísio lembrou que é um curso em que a qualidade é realmente essencial, já que lida com a vida humana. O prof. Gariba afirmou que a oferta do curso está submetida à votação do Colegiado e que o PPC, após a aprovação do CEPE, deverá ser submetido ao colegiado a fim de verificar a necessidade de adaptações. A prof.<sup>a</sup> Cláudia afirmou que o grupo envolvido com a produção do projeto está ciente deste fato. A oferta foi aprovada pelo Colegiado.

#### **Ponto 4 – Redistribuição de pessoal**

O prof. Gariba leu o requerimento do servidor Paulo Ricardo Rodrigues de Lima, técnico-administrativo do IFSC Câmpus Florianópolis, o qual exerce o cargo de Técnico em Audiovisual e lotado na Diretoria de Ensino no setor de Audiovisual e que desejava ser removido para o setor de Assessoria de Comunicação, Marketing e Ouvidoria, onde exerceria as mesmas funções. Todos os setores envolvidos deram parecer favorável ao processo de remoção. A remoção foi aprovada pelos membros do Colegiado.

#### **Ponto 5 – Resolução de afastamento de servidor para capacitação**

O prof. Gariba fez a apresentação da proposta da Resolução em data-show e pediu aos membros do Colegiado que destacassem os pontos sobre os quais fossem fazer alguma sugestão e anotassem tais tópicos. Acrescentou que atualmente este fluxo se dá por Edital, mas que é necessária uma melhor organização para que as decisões ocorram dentro dos departamentos, a fim de avaliar também se há a necessidade de professor substituto. Douglas evidenciou o fato de que para professor caberia substituto e perguntou: quem substitui o técnico-administrativo? Aloisio afirmou que, neste caso, o que ocorre é uma reorganização setorial. Gariba lembrou que, no caso dos professores, a liberação para a capacitação não é garantida em todos os casos. O prof. Segalin salientou que nesta proposta de resolução estão contidas as possibilidades de afastamento parcial ou total. Após a leitura da proposta de Resolução, o prof. Gariba leu o anexo que deveria ser preenchido pelo servidor requerente. A prof.<sup>a</sup> Cláudia afirmou que os itens 4 (quatro) e 5 (cinco) já constam atualmente do Edital. Finda a leitura, o prof. Gariba passou a palavra aos membros do Colegiado para tecerem suas considerações. Douglas questionou o fato de que no art. 2º não está contemplado o direito de defesa no caso do requerimento ter sido indeferido pela CGP. O prof. Gariba afirmou que a CGP apenas dará ciência do indeferimento para que o servidor possa entrar com recurso. Douglas ressaltou que isto não está mencionado na Resolução e que seria importante deixar claro o direito de o servidor recorrer. O Prof. Segalin lembrou a importância de observar o que está na legislação recente e que poderia se referir a tais questões. Cita a Lei nº 1.2772, a Resolução 19 e a Lei nº 1.2863. O professor ainda questionou o art. 1º no qual se evidencia que “ A solicitação de concessão de afastamento para pós-graduação deverá ser protocolado pelo servidor na Coordenadoria de Gestão de Pessoas (CGP) do Câmpus, com no mínimo 60 dias de antecedência a contar do início do afastamento.”. O Professor indagou se o protocolo não deveria ser encaminhado inicialmente nos departamentos. O prof. Gariba afirmou que o início deve ser na CGP, que este deveria ser o fluxo. O prof. Pinho perguntou se, no caso em que o servidor tiver seu pedido negado para afastamento integral, mas em que o afastamento parcial fosse possível, teria que fazer todo o processo de novo? Aloisio afirmou que sim, pois existiriam dois interessados, a instituição e o servidor. Assim seria necessário passar tudo novamente. O professor Gariba leu uma proposta de acréscimo ao art. 2º que contemplasse o questionamento levantado por Douglas. Assim, seria redigido que “em caso de negativa, o servidor poderá recorrer do processo obedecendo aos trâmites internos. O prof. Segalin perguntou se não há um prazo legal que conste do Edital. O prof. Gariba afirmou que esta questão contemplaria os casos em que não haveria um Edital aberto, por exemplo, um técnico-administrativo que pleiteasse o afastamento neste momento. O prof. Segalin evidenciou a necessidade de que o pedido passasse primeiro no Departamento e mais especificamente no Colegiado do Departamento. O prof. Gariba concordou que, depois de aprovado no Edital, fica complicado para o Departamento negar. Então se deveria passar primeiro pelo Colegiado do Departamento. O prof. Pinho lembrou que o Edital não prevê tal necessidade e disse que é fundamental conversar com a Pró-Reitoria de Pesquisa para que ela ofereça esta autonomia. O prof. Segalin apresentou o caso do Departamento ao qual

é vinculado, em que três professores solicitaram afastamento, fato que criou uma situação complicada. No momento alguns professores emprestados de outros câmpus estão auxiliando, pois é muito demorado para conseguir substituto e o aluno fica sem aula. Aloisio afirmou que o mais correto seria trazer o Edital para o Câmpus. Foi questionado o art. 3º, Parágrafo 2º, o qual afirma: “No caso do técnico administrativo, o processo, quando for o caso, deverá ser analisado junto ao Coordenador(a) do setor ao qual o servidor está vinculado.” Pergunta-se se o afastamento do técnico-administrativo também não deveria passar pelo Departamento, pois seria mais democrático e impessoal. O prof. Gariba apontou que tal só seria possível nos departamentos acadêmicos. A prof.<sup>a</sup> Cláudia sugeriu que se especifique que, nos casos em que estes servidores estejam vinculados a departamentos acadêmicos, o pedido passe pelo Colegiado. O prof. José Roque afirmou que o afastamento parcial é menos impactante que um afastamento total e refletiu que atualmente não há nenhuma regulamentação para o afastamento parcial. O prof. Pinho afirmou que o Câmpus tem que ter ciência de que o professor está se afastando. O prof. Gariba referiu que por este motivo é importante que o Departamento discuta internamente. A prof.<sup>a</sup> Cláudia expôs que no momento de analisar os projetos tinham alguns que vinham só com o título e ficava difícil de avaliar se este era um projeto de interesse fundamental para a Instituição. O prof. Gariba afirmou que é importante fazer uma justificativa defendendo a relevância do projeto. O prof. Segalin refletiu que, se o servidor irá preencher o documento em anexo, ele deverá assinar. O prof. Gariba afirmou que o chefe deverá verificar os dados e assinar, mas então os dois, servidor e chefia, devem assinar. O prof. Segalin sugeriu que, do item 5 (cinco) do anexo em diante, seja preenchido pelo chefe. A assinatura do servidor ficaria após o item 3 (três). A Resolução foi aprovada pelo Colegiado com as ressalvas referidas.

O prof. Gariba agradeceu a presença e a contribuição dada por todos os membros do Colegiado e encerrou a reunião.